



## EDITORIAL

Os Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário ganha, a cada dia, mais musculatura para configurar-se entre os melhores periódicos científicos internacionais.

A revista está credenciada nos prestigiados indexadores do mundo e com isso eleva a procura dos autores para publicar no CIADS, aumentando sobremaneira, a criteriosa seleção dos manuscritos aptos a constar de suas páginas.

Este primeiro número de 2016 inaugura uma revista com o dobro de publicações dos últimos números, bem como a utilização pelos escritores de todas as seções do periódico. Na seção de resenhas, a obra “Ministério Público e Políticas de Saúde”, lançado em 2014 sintetiza a relação entre o Ministério Público e as políticas de saúde por um viés ainda não explorado. A resenha realizada por Oswaldo Barbosa Silva consegue, em poucas linhas, fazer uma síntese muita lúcida de todo o pensamento de Luciano Moreira Oliveira, autor da obra, que vai além da pueril discussão sobre a judicialização para alcançar o papel do Ministério Público frente as políticas de saúde.

É discutida com muita pertinência a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão sobre a propaganda de bebidas alcoólicas revelando os fundamentos da decisão do STF que as autoras chamam de oportunidade perdida. O manuscrito tem a autoria de Edith Ramos e Sandra Mara Campos Alves. Na mesma tendência de analisar decisões judiciais, também é feita uma análise jurídica profunda sobre critérios axiológicos de avaliação de medicamentos pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias ao SUS e a visão do Poder Judiciário, revelando a visão jurídica de tema caro ao sistema da saúde. O texto tem a autoria de Álvaro Ciarlini.

Da Argentina e da Espanha, dois artigos trazem a visão de decisões judiciais no tema da saúde, sendo a primeira, de autoria de Agustin Carignani, sobre a competência das cortes federais argentinas sobre as políticas de saúde, divulgando os detalhes de um processo judicial calcado nos mandados de segurança para assegurar o direito à saúde. Olga Sánchez apresenta o arcabouço legal, judicial e ético sobre o fenômeno da “barriga de aluguel” e os direitos da mulher e da criança.



O texto que discute o papel do médico veterinário junto ao SUS inaugura uma visão contemporânea de alinhar à saúde da população a figura do veterinário junto às equipes de Saúde da Família, fazendo valer uma nova visão do papel deste profissional na garantia de saúde para todos. O texto da lavra de Nino Armelin e Jarbas Cunha não pode deixar de ser lido por quem deseja estar atualizado sobre as atuais discussões sobre o direito à saúde.

Outros artigos e ensaios com temas sobre a judicialização da saúde, de autoria de Paulo Henrique Costa e Guaraci Bittencourt e Carolina Diniz e Luiz Carlos Romero; o funcionamento e conquistas do Conselho de Saúde de Ceilândia-DF de Andrecinda Pina e a discussão sobre os blocos supranacionais e a relação com a saúde internacional de autoria de Roberta Freitas e Sueli Dallari trazem informações complementares a quem acompanha a atuação das Ciências Jurídicas e a Saúde nas suas mais diversas inter-relações.

O Direito Constitucional e os princípios que afetam diretamente o direito à saúde é tema do artigo de Kalini Braz, que discute o princípio da proibição do retrocesso social como meio de garantia constitucional do direito à saúde. Em tempos turbulentos como os da atualidade, em que o direito à saúde garantido constitucionalmente vem sofrendo relativizações, a leitura do artigo “A aplicabilidade do Princípio da Proibição do Retrocesso Social como meio de garantia constitucional ao direito à saúde” é obrigatória.

Ana Carolina Torres inova a discussão no âmbito do Direito Sanitário ao trazer em seu artigo o tema da logística reversa aplicada aos medicamentos no Brasil trazendo os resultados de sua pesquisa exploratória na legislação estaduais e federal.

Esperamos que a leitura deste número do CIADS seja proveitosa para todos e sirva de estímulo a outros autores da região ibero-americana para tornar público seus estudos e pesquisas sobre o Direito Sanitário.

Maria Célia Delduque  
**Editora Científica**